

REMEMORANDO TEMPOS EXTRAORDINÁRIOS (RESISTÊNCIA À DITADURA E DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL)

Luiz Felipe Falcão¹

Resumo: O presente artigo pretende aproveitar um depoimento obtido com base na metodologia da História Oral para apresentar um conjunto de referências que influenciaram a militância e/ou o ativismo político de esquerda entre as décadas de 1960 e 1990 no Brasil e, com base nele, refletir sobre seu possível alcance nas lutas de resistência contra a ditadura e no processo de democratização do país.

Palavras-chave: História Oral; engajamento político; ditadura; resistência; democratização.

REMINISCING ABOUT EXTRAORDINARY TIMES (RESISTANCE TO DICTATORSHIP AND BRAZIL DEMOCRATIZATION: ORAL HISTORY CONTRIBUTIONS)

Abstract: This article intends to use take a testimony obtained on the methodology of Oral History to present a set of references that have influenced left-wing militancy and/or activism between the decades of 1960 and 1990 in Brazil and, based on it, to reflect on its possible range in the struggles of resistance against dictatorship and in the country democratization process.

Keywords: Oral History; political engagement; dictatorship; resistance; democratization.

Tempos extraordinários são pautados, em nossa contemporaneidade, por uma atmosfera densa saturada de instantes em que se defrontam amplas possibilidades de criação, capazes de inventos que ultrapassam as fontes e formas de dominação, e alternativas plenas de destruição, planejadas e executadas de maneira fria, calculista, meticulosa e minuciosa. Nestas condições, os eventos sucedem-se em tormentas que modificam com rapidez os lugares, os panoramas e as próprias experiências dos que

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil: A pesquisa para este trabalho tem apoio do CNPq. E-mail: luiz.felipe@mailcity.com.

neles estão envolvidos, acentuando a transparência do olhar e conferindo extrema sutileza às lembranças que propicia.²

O ciclo de violências e arbitrariedades instalado pela ditadura civil-militar brasileira a partir do golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964 foi um tempo extraordinário, por exemplo, pela repressão ao potencial inovador presente no meio social que suplantou, bem como pela modernização conservadora do país que impôs, tanto quanto foi extraordinário o tempo em que ressurgiram as mobilizações populares, a partir de meados da década de 1970, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, logo complementadas por exigências de liberdade em seus diferentes âmbitos. Vivenciar aqueles tempos foi, confirmam vários tipos de documento, coexistir com a angústia, o sofrimento e o medo, ou com o conformismo, a inércia e mesmo a simpatia aberta para com o regime, mas foi ao mesmo tempo se deixar contagiar pela esperança, pelo desprendimento e pela determinação, o que afetou pessoas comuns de um modo incomum e, decerto, abriu oportunidades inesperadas para pessoas excepcionais.

Ethel Leon não é exatamente mulher que se enquadre neste último caso, das (e dos) excepcionais, ainda que tenha presenciado e experimentado, e siga presenciando e experimentando, situações invulgares como militante e ativista política de esquerda, conforme ela mesma se define e como a definem seus adversários. Com mais de 1,70 m de altura, pele muito alva e cabelos claros, ela jamais conseguiu passar despercebida numa ambiente qualquer, mesmo quando desejou que isto acontecesse, em meio a uma população brasileira caracterizada por estatura mediana e grande mestiçagem com indígenas ou africanos negros. Além disso, os modos refinados nunca ajudaram a desviar a atenção da energia intensa emanada por seu olhar firme e seus gestos curtos e incisivos como os de um cirurgião, tanto quanto a fala macia e pausada jamais conteve a impetuosidade da argumentação. Talvez tenha sido mesmo esta mistura insólita que me encantou desde que a conheci, quando o acaso nos reuniu ao ingressarmos juntos na recém-criada Escola de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no início de 1970, e nos encontros seguintes que tivemos já na cidade de São Paulo, entre o final desta mesma década e princípios da seguinte e, mais recentemente, em meados de 2012, neste último caso para gravar um depoimento sobre suas lembranças da militância e ativismo político naqueles tempos de resistência à ditadura civil-militar que infelicitou

² Uma versão preliminar e parcial deste trabalho foi publicada em Pozzi e Pensado (2013), com o título “Ethel Leon: rememorando tiempos extraordinários”.

o Brasil por vinte e um anos desde o golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964 e de luta pela democratização do país.

O depoimento, com base na metodologia da História Oral, visava perceber as influências mais difusas que tornaram atraente para muitas pessoas o engajamento político entre as décadas de 1970 e 1990, com destaque para a possível presença aí de elementos da contracultura relacionados a uma visão de mundo libertária e solidária, bem como a magnitude da atuação das esquerdas (militantes de organizações partidárias ou ativistas independentes) na superação do regime e de democratização do Brasil. Mais ainda, para tornar seu conteúdo mais fluente, o depoimento seria editado de maneira a ganhar a forma de um relato de vida obtido mediante associações livres com poucas e pontuais interrupções por parte do pesquisador a fim de garantir uma sequência adequada, sem que seu teor fosse alterado, para facilitar sua análise e posterior leitura, bem como suprimindo as referências a nomes de indivíduos que pudessem se sentir ofendidos ou constrangidos.

Num primeiro momento, como em geral ocorre com personagens interessantes, ela estranhou o pedido para depor sobre ocorrências de muitos anos atrás, após o que tantas coisas mudaram: afinal, mudou cada um de nós, que fomos ficando velhos e abdicamos de várias convicções irredutíveis, substituídas pelos desafios instáveis das carreiras profissionais e da criação dos filhos. Mudou também o país, que ingressou num extenso período de estabilidade econômica e política e de redução de suas enormes desigualdades sociais. Enfim, mudou igualmente o mundo, com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, dando novas dimensões a antigos conflitos como o árabe-israelense ou fazendo surgir outros tão surpreendentes e brutais como os que envolveram a desagregação da antiga Iugoslávia, o genocídio de Ruanda ou a Primavera Árabe. Seu desconforto era por se considerar uma pessoa comum, cuja vida não continha nenhum dos atributos que normalmente se imagina dignos de registro e análise, como as peripécias de alguns ex-combatentes da guerrilha urbana ou rural que empunharam armas contra a ditadura ou as falas bem pontuadas de dirigentes dos agrupamentos políticos clandestinos da época, alguns deles ocupando hoje lugar de relevo em funções públicas no Brasil.

Considerando suas ponderações, foi possível esclarecer que, em primeiro lugar, as lembranças de indivíduos suposta ou efetivamente exemplares, ou que se distinguiram pelos papéis que desempenharam e pelos cargos que passaram a ocupar, tendem a constituir uma espécie de “memória oficial”, sacralizada, da resistência à

ditadura, que se tem o mérito de manter viva a denúncia das violências praticadas pelo Estado, por outro lado instituem o que talvez se possa chamar de “contramemória oficial” que inibe uma análise consistente das épocas e temáticas em apreço. Afinal, um dos principais objetivos de uma apreciação desse teor é reconhecer, compreender e dar a conhecer o que Raymond Willians (2000: 154 e seguintes) denominou de “estruturas de sentimento”, ou seja, o conjunto de referenciais (significados, valores) que articulam as maneiras como um coletivo, grupo ou classe social, numa determinada sociedade e num contexto histórico concreto, percebe e dá sentido ao mundo e a tudo aquilo que ele contém de maneira ativa, ou seja, em permanente mutação (nas palavras dele, “experiências sociais *em solução*”), o que todo e qualquer tipo de discurso oficial propende a tornar obscuro.

Em segundo lugar, cabe entender a História Oral como procedimento de produção das fontes por parte do pesquisador junto e em cumplicidade com seus depoentes ou entrevistados que, partindo de uma situação presente, busca nas recordações do passado fornecer um panorama e uma interpretação plausível onde o restante da documentação disponível é opaco e, simultaneamente, as recordações perderam autoridade, quer pela sua multiplicação controversa e polêmica, quer pelas evidências disponibilizadas por outras fontes que não são passíveis de descarte. Nesta perspectiva, tal operação historiográfica nutre-se de uma memória em constante transformação pelas experiências subsequentes – lembra-se sempre a partir de um presente - e, o que é mais importante, de uma memória em frangalhos, ou melhor, esfarrapada por divergências e contestações, firmando-se para impedir a deslembração e garantir o olvido no desenrolar insensível do tempo. Capturando a recordação num momento fugaz, a História procura então efetuar sua análise e produzir sobre ela um discurso consolidado, ainda que seja, ou devesse ser tratado como, inacabamento, ou seja, um construto aberto a um novo tratamento, e não apagamento (Ricoeur (2007).

Posto isso, e face à generosidade dela, o depoimento teve início seguindo um roteiro genérico contendo o seguinte: primeiro, um conjunto de informações para a compreensão de sua história de vida, desde a infância até o envolvimento com a militância política; segundo, os principais aspectos de sua experiência na resistência à ditadura e no processo de democratização do país; terceiro, uma breve avaliação de tudo isso na (in)cômoda distância de algumas décadas³:

³ Depoimento de Ethel Leon, 62 anos, professora universitária e pesquisador na área de história, teoria e crítica do design, ao autor em 28 de agosto de 2012, na cidade de São Paulo (e rematado por uma troca de

Meu nome é Ethel Leon e nasci na cidade de Petrópolis, cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro, em novembro de 1951, numa família judaica. Meu pai era diretor de uma fábrica de tecidos, minha mãe era dona de casa. Ele nasceu na Grécia e estudou em Alexandria num colégio de padres belgas, porque era o jeito da família dar educação para os filhos. E minha mãe perdeu os pais muito cedo no Rio e estudou no Colégio Anglo-Americano, interna. Ou seja, eles não tinham nenhuma formação religiosa, só tinham a ideia de serem judeus, e não iam à sinagoga de Petrópolis porque era frequentada por asquenazes, quer dizer, por judeus da Europa Central e Oriental, com costumes e língua muito diferentes.

Na realidade, a única prática religiosa que me lembro em casa é que eles jejuavam na época apropriada, mas nunca me obrigaram ou aos meus irmãos a isto. Não tive a menor formação religiosa ou identitária judaica: tive muito mais formação protestante e católica nas escolas em que estudei: primeiro num colégio protestante alemão, depois num colégio pseudo laico que tinha aula de religião católica. Só com quarenta anos de idade é que fui ler sobre judaísmo e me interessar um pouco, mas até hoje, se me perguntarem coisas da tradição, eu não conheço.

Da minha formação escolar o que mais lembro é do colégio protestante alemão, uma experiência horrorosa, porque fui muito discriminada por ser judia... Era bem pesado. Tinha uma professora alemã de Santa Catarina, linda que era uma coisa. O que ela me discriminava... E eu era aquela menina muito estudiosa, que tocava violão, cantava, sabe? Família cultivada. Então, eu possuía vários atributos desejáveis numa criança, mas o fato de ter sangue judeu atrapalhava tudo. Ela falava em raça, eu não entendia, mas me sentia muito alijada das coisas.

A referência à discriminação sofrida enquanto criança num colégio evangélico devido à origem judaica pode ser associada a outras manifestações de preconceito, explícito ou implícito, na sociedade brasileira, voltadas, notadamente, a indígenas e negros, para não falar de outros grupos e minorias. Estas práticas discriminatórias contrastam fortemente com as “fantasias de Brasil”, como as denominou Octávio Souza (1994), que procuram apresentar um país caracterizado por uma cultura única e homogênea resultante da mestiçagem entre diferentes etnias, isto é, uma identidade nacional uniforme, sem maiores tensões ou conflitos internos.

As versões de país com estas características, com matizes autoritários indisfarçáveis, devem muito à produção do sociólogo Gilberto Freyre (1984), para quem a “plasticidade” do colonizador português favoreceu o aparecimento de uma sociedade e de uma cultura híbridas pela mescla com indígenas e africanos, para ele muito superior

e-mails no início de 2014): agradeço a Daniel Henrique França Lunardelli, na época bolsista de iniciação científica do Curso de Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, pela transcrição, que aparece como citação e teve suprimidas a maioria das menções a nomes de pessoas.

à que foi criada nos Estados Unidos da América do Norte⁴. Mais recentemente, algo semelhante foi descrito por intelectuais de prestígio como, por exemplo, Darcy Ribeiro (1995: 448 e 454), para quem um processo de assimilação irresistível teria transformado os povos que para aqui vieram em “brasileiros genéticos”, arrematando que a população do país seria na contemporaneidade “um dos povos mais homogêneos linguística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra”.

Em verdade, tais versões têm sido continuamente um obstáculo para a criação de uma cultura republicana no Brasil (Mota, 1990) e tornam obscura uma realidade social complexa, mesclada de enfrentamentos, ameaças de ruptura e negociações, e que tem na tergiversação de seus preconceitos e discriminações uma de suas facetas mais cruéis.

Voltando a narrativa de Ethel, assim ela concluiu a resposta sobre sua formação:

No início dos anos sessenta tive contato com o movimento estudantil porque meu irmão mais velho, que estudava na Universidade Federal do Rio de Janeiro, participou da União Nacional dos Estudantes (UNE). Aí teve um congresso da UNE no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, e um pedaço do congresso veio para a minha casa. O meu pai e a minha mãe queriam morrer! E eu fiquei muito assustada com o jeito das pessoas, que fumavam bastante, as meninas fumavam. Depois, este meu irmão virou orador da turma e fez um discurso meio nacionalista, uma coisa confusa, mas logo deixou de ter qualquer participação política.

Da minha parte, comecei a me interessar por política com 16 anos por razões variadas. Por exemplo, tive um professor de Geografia que trabalhava a noção de subdesenvolvimento e a ideia de dois Brasis, um moderno e outro atrasado. Foi uma coisa que me marcou e comecei a procurar literatura sobre isso porque em Petrópolis não tinha ninguém para conversar.

Por outro lado, notícias sobre mudanças de costumes da juventude ficaram mais frequentes, por meio das revistas semanais que circulavam na época, como “Manchete” e “O Cruzeiro”, e até um disco compacto dos Beatles eu consegui e tenho até hoje. Também havia os festivais de canções, passados pela TV.

Petrópolis, porém, era uma cidade bem conservadora: para dar uma ideia, em 1968 o Ministro da Educação, Coronel Jarbas Passarinho, visitou a Universidade Católica e foi carregado pelos estudantes. Quer dizer, enquanto o movimento estudantil estava superagitado no Rio, há 70 km dali, em Petrópolis não tinha nada. Para sair dali, inventei de fazer Comunicações, um curso que só existia no Rio.

Na faculdade, a princípio, eu era a boboca total, pois o que eu me achava avançada em Petrópolis, no Rio era tudo diferente. Na minha turma tinha gente que tocava violão e quando meus pais me visitavam tinha reclamação do prédio inteiro: ‘sua filha está fazendo grandes gandaias aqui’. Ao mesmo tempo, comecei a participar de um grupo de estudos perto da minha casa, e era aquele ambiente: o dono da casa

⁴ Uma visão completamente distinta, baseada em informações obtidas em arquivo, pode ser encontrada em Boxer (1988), que mostra Portugal e o império colonial que erigiu a partir do século XV, inclusive o Brasil, saturado de explícitas formas de preconceito e discriminação com base em critérios raciais.

comprava e vendia maconha por uma cestinha na janela. Para uma menina recém-chegada de Petrópolis era demais...

Era uma estudante jovem e inexperiente que estava começando a descobrir o mundo numa época de muita censura e repressão, em que o movimento estudantil do Rio não tinha qualquer entidade representativa. Na Escola de Comunicações não se podia colocar um cartaz, organizar um debate, fazer um show, nada.

As motivações para o significativo engajamento político de esquerda no Brasil (e, provavelmente, em outros países) ao longo das décadas de 1960 a 1990, com um breve interregno entre 1970 e 1974 aproximadamente, em especial de jovens como o era Ethel na época, parecem ter sido bastante variadas. Todavia, elas não podem ser descoladas do que foi denominado invenção da geração teen no pós II Grande Guerra, de início nos Estados Unidos da América e, em seguida, em outras partes do mundo (Savage, 2009, e Passerini, 1996), quando a juventude é instituída não apenas como faixa etária mas, também, como grupo social portador de interesses próprios. As repercussões disto foram bastante amplas e contribuem para compreender fenômenos subsequentes, como a contracultura e as mudanças nos padrões comportamentais. Por outro lado, acontecimentos no cenário internacional, como a intensificação da Guerra Fria, o triunfo da Revolução Cubana em 1959 e a escalada norte-americana no Sudeste asiático, fornecendo uma imagem bipolarizada em que socialismo e capitalismo estariam disputando uma luta sem quartel no planeta como um todo, acrescentava novos ingredientes à sedução do engajamento político.

Em termos de Brasil, especificamente, valeria agregar a isto desde a busca por liberdades cercadas pela ditadura, formulada por parcelas das classes médias (incluindo aí personagens que, num primeiro momento, apoiaram o golpe que derrubou o presidente João Goulart), onde merece destaque o movimento estudantil e as manifestações de renomados artistas e intelectuais, até o proselitismo de alguns professores inconformados com as iniquidades existentes. Ou ainda, desde a atuação de uma expressiva ala da Igreja Católica contagiada pela Teologia da Libertação (uma teologia ecumênica no âmbito cristão que pregava um enfrentamento ativo das injustiças econômicas, políticas e sociais), até as mobilizações de trabalhadores por melhores salários e condições de vida, tudo isto sem esquecer as atividades de agitação e propaganda dos agrupamentos clandestinos de esquerda. Em meio a isso, o noticiário sobre as mudanças que estavam ocorrendo em várias partes do mundo nos padrões de

comportamento da juventude, bem como sobre as consequências da Guerra Fria, despertavam a curiosidade e o potencial de contestação da ordem estabelecida.

Para Ethel, de acordo com suas recordações, o trabalho de um professor de Geografia ao nível do que é hoje a Educação Básica, bem como a circulação de informações num ambiente familiar de classe média conservadora, como se verá a seguir, foram essenciais para despertar o interesse pelas questões sociais, políticas e culturais. O contato com o meio universitário daria impulso ainda maior a tais inclinações, mesmo considerando que no Rio de Janeiro o cerceamento das liberdades e a repressão nas instituições de ensino superior tenham sido mais contundentes que em cidades como São Paulo, com o fechamento das entidades representativas e a proibição de qualquer atividade que pudesse levar a um protesto contra o regime ou as autoridades constituídas, como debates, shows musicais ou mostras culturais.⁵

A narrativa da depoente foi retomada a partir de um questionamento sobre como havia sido o início de sua militância política:

Logo que entrei na faculdade, em 1970, tive contato com um grupo denominado Fração Bolchevique, que era uma cisão da Organização de Combate Marxista Leninista Política Operária ou simplesmente PO, como era conhecida. Mas, apesar do nome pomposo, a Fração era um pequeno grupo que atuava no movimento estudantil do Rio, de um ativismo desenfreado: nós fazíamos panfletagem na rua ou em porta de fábrica, mas nunca se discutiu ali conjuntura política, muito embora a formação marxista e sobre a estrutura social do Brasil fosse constante e densa.

Outro aspecto da Fração é que ela tinha uma enorme abertura para questões morais, mas de modo muito impositivo. Era uma fase em que se lia muito Wilhelm Reich e a antipsiquiatria, e se estabeleceu no grupo que se devia transar com todo mundo. Era um inferno, pois era inclusive discutido em reunião. E como eu não concordava que, de uma hora para outra, “abrem-se as portas da sexualidade livre”, acabava me sentindo a própria débil mental, a pequeno-burguesa imbecil. Mas no fundo aquilo não tinha um conteúdo libertário, além de ser super machista.

Seja como for, logo virei “a militante”, a ponto de praticamente abandonar o curso, logo eu, que sempre fora boa aluna, levei a faculdade na pior. Eu era superdisciplinada, protestante, mas ao mesmo tempo fazia coisas diferentes. Por exemplo, no jornal em que trabalhava fui contatada por um grupo de jornalistas que tinha uma ligação muito superficial com o Partidão (como era chamado o PCB) e se dedicava a divulgar as notícias censuradas, o que era motivo para

⁵ Sobre isso, ver o documento “Ativo estudantil”, julho de 1977, produzido na clandestinidade por militantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML), oriunda da esquerda católica em 1962 e muito influente sobretudo no movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970 (Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Acervo 72, Organizações e Partidos Políticos, caixa 2). Outro exemplo: em 1975, a UNICAMP promoveu um importante seminário internacional de Ciências Sociais com a presença, entre outros, de Eric Hobsbawm, o que seria quase impensável no Rio da época, mesmo considerando a qualidade de suas instituições de ensino superior.

brincas da Fração sob o argumento de que “democratismo barato põe em risco a gente”.

Mantive, embora por pouco tempo, esta atividade meio clandestina, era minha militância clandestina da clandestinidade, pois em janeiro de 1972 a organização começou a cair e logo fui presa e torturada. Uma experiência horrível, muito difícil, ainda que comparado aos relatos de outras pessoas torturadas pareça até uma bobagem o que sofri: geladeira, choque elétrico em tudo que é lugar, pancadas e ameaças. Não cheguei a ir para o pau-de-arara, não sei o que é uma cadeira do dragão, porém foi barra pesada de todo jeito. E o chocante foi ver militantes hierarquicamente superiores falando tudo o que podiam e o que não podiam. Foi bem traumatizante, pois confiava naquelas pessoas...

Eu era casada nesta época, fomos os dois presos, e nossas famílias regiram muito mal, não tiveram a menor solidariedade, e nem coisas como roupas e comida enviavam. Meu pai, amigo dos milicos de Petrópolis, não aceitou. Então, quando nos soltaram, ficou uma sensação ruim, quase enlouqueci. Foi quando surgiu a ideia de ir para o Chile entre o pessoal que ia ser julgado pela Justiça Militar, e acabei indo, em 1972, na ideia de me engajar no processo chileno.

O exotismo de certas orientações da autodenominada Fração Bolchevique, como citado por Ethel, poderia desacreditar de todo este agrupamento político, o que seria de lamentar porque desconsideraria a generosidade e a dedicação de muitos dos seus militantes nos tempos difíceis da resistência à ditadura. Apesar do nome solene, ele era realmente uma pequena dissidência da OCML-PO atuando quase que apenas no movimento estudantil do Rio de Janeiro, mas existem duas questões neste ponto que vale comentar. Primeira, foi de um núcleo composto sobretudo por seus remanescentes que se formou, em meados da década de 1970, uma das organizações da chamada “nova esquerda”, isto é, da esquerda constituída a partir da influência difusa da Revolução Cubana de 1959 e da crítica ao Partido Comunista Brasileiro, de filiação soviética⁶: o Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP, que teve presença em todas as regiões do país, para depois passar por cisões e defecções que foram se inserindo no

⁶ A repercussão da Revolução Cubana trouxe um caráter de urgência para a luta armada visando acelerar as transformações políticas e sociais, mesmo sem uma análise mais cuidadosa da situação do país. Por seu turno, a crítica do PCB centrou-se em sua crença numa aliança com uma burguesia nacional que estaria em contradição com o imperialismo e o latifúndio, conferindo um sentido “nacional-democrático” às mudanças desejadas, que podiam ocorrer de modo pacífico. A conjugação destes dois fatores levou a maioria dos grupos que então se criaram a iniciar a luta armada contra o regime com base em formulações como o foco guerrilheiro (caso da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, ou VAR Palmares) ou a guerra popular revolucionária (caso do Partido Comunista do Brasil, ou PCdoB). Com ações mais efetivas a partir de 1968 que produziram alguns sucessos, como o sequestro do embaixador dos EUA em 1969, esta luta armada recebeu um duro tratamento da ditadura, que eliminou muitos militantes em combate ou sob tortura, de modo que em 1972 esta opção tornou-se residual (Gorender: 1987; Cruz: 2003; Salles: 2007). Cabe dizer ainda que um grupo trotskista, o Partido Operário Revolucionário Trotskista, PORT, já atuava no Brasil na década de 1950, mas o trotskismo só teve destaque duas décadas depois.

Partido dos Trabalhadores, PT, na década de 1980 (ainda que alguns grupos tenham mantido a ideia de construir um partido nos moldes leninistas tradicionais).

Segundo, a referência à PO merece uma explanação por suas singularidades. Em termos históricos, ela foi criada em 1961 por intelectuais, estudantes e militantes provenientes na maioria do Partido Socialista Brasileiro, PSB, sendo o mais antigo dos agrupamentos da “nova esquerda” no Brasil e o pioneiro a afirmar o caráter capitalista da sociedade brasileira. Um de seus fundadores e sua liderança mais respeitada foi o austríaco naturalizado brasileiro Eric Czaczkes Sachs (Viena, 1922 – Rio de Janeiro 1986), conhecido como Ernesto Martins. Emigrado com a mãe na União Soviética em 1934, para fugir das perseguições nazistas a judeus e comunistas na Áustria, ele entrou em contato com a oposição de esquerda ao stalinismo, o que lhe valeu a expulsão do território soviético em 1937 e, após uma curta estadia em Viena, uma nova emigração para Paris onde encontrou Heinrich Brandler e August Thalheimer, líderes da oposição comunista alemã (KPO)⁷. Em 1939, com o início da Segunda Grande Guerra, Eric e a mãe migraram para o Brasil, onde ele trabalhou como gráfico, jornalista e tradutor, ganhando porém notoriedade como propagandista por trazer ao país uma tradição política que enfatizava o caráter peculiar de cada revolução, inviabilizando quaisquer “modelos” (stalinista, trotskista, maoista, etc.), e a proposta de “frente única” dos trabalhadores (adotada no IV Congresso da III Internacional, em Moscou, 1922) por reconhecer que estes, achando-se divididos em vários partidos e graus de consciência, precisavam firmar composições para alcançar objetivos comuns. O resultado mais palpável disto, como indicado antes, foi a fundação da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-PO), da qual derivaram grupos como a VAR-Palmares, a OCML-PO e o MEP.⁸

Por outro lado, sobre a ação do aparato repressivo da ditadura, suas violências e violações, vale consultar um relevante estudo referente ao Destacamento de Operações

⁷ Brandler e Thalheimer, ligados à Rosa Luxemburgo e à oposição de esquerda alemã, ajudaram a fundar a Liga Espartaquista, em 1916, e o Partido Comunista da Alemanha, KPD, em 1918. Expulsos do KPD em 1928 pela defesa de uma frente única com os socialdemocratas para deter o nazismo, opuseram-se às teses emanadas então da Internacional Comunista, que rotulavam os socialdemocratas de social-fascistas, sempre atuando de modo autônomo face ao trotskismo (Broué: 1971; Hájek: 1985). Na atualidade, o Centro de Estudos Victor Meyer (<http://www.centrovictormeyer.org.br>) disponibiliza vários escritos de Thalheimer, inclusive um sobre o fascismo elaborado em 1928, mas só publicado em 1930, em que ele, como Antônio Gramsci, tomou como referência para entender aquele fenômeno ultra nacionalista e autoritário as reflexões de Marx sobre o bonapartismo em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” (1852).

⁸ Uma contundente avaliação da trajetória da PO assinada por um de seus dirigentes históricos, Raul Villa (codinome de Eder Sader) apareceu na revista “Brasil Socialista”, publicada clandestinamente na Europa e no Brasil entre 1974 e 1977, com o título “Para um Balanço da PO” (Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas, Acervo 72, Organizações e Partidos Políticos, caixa 3).

de Informações (DOI) do II Exército, em São Paulo, elaborado por Marina Joffily (2013), enquanto que a colaboração de prisioneiros políticos com os órgãos repressivos, temática muito sensível e ainda pouco estudada, foi focalizada em seus casos extremos de retratação pública, espontânea ou forçada, por Gasparotto (2008).

Voltando ao depoimento de Ethel, ela relatou, respondendo a uma indagação mais específica, suas experiências no Chile após sair da prisão, e o cenário encontrado no retorno ao Brasil, após breve passagem pela Argentina:

Nós queríamos nos engajar no processo chileno, mas quando cheguei lá deu para perceber que seria difícil, pelas diferenças com o Brasil e pelas minhas próprias deficiências. Alguns amigos se engajaram com facilidade, mas eu não. Em Santiago, encontrei um brasileiro que me chamou para trabalhar com ele no Ministério ou Secretária da Habitação, onde participei de coisas sensacionais em termos de resolução dos problemas da habitação popular. Conheci, graças a isso, muitos trabalhadores chilenos, e ficava bastante emocionada nos comícios da Unidade Popular: gravei isto para o resto da minha vida como se fosse ontem.

Contudo, não conseguia resolver muita coisa com tanta luta que havia. Para piorar, o que eu sabia fazer na minha vida era escrever e pensei: o que vou fazer aqui? Além disso, detestei a maneira como viviam muitos brasileiros, aproveitando-se do mercado negro para trocar dinheiro e garantir uma renda mais alta, sendo que alguns até racionalizavam, dizendo que o governo Allende era reformista.

Na verdade, aquilo tudo foi muito rico, com mobilizações de massa, experimentos de todo tipo e discussões acaloradas de conjuntura toda hora (o que eu não conheci no Brasil), e existia uma convivência muito aberta com a maioria das tendências de esquerda, como o Partido Socialista, o MAPU e o MIR. Cheguei inclusive a entrevistar o General Carlos Prats⁹, na época Comandante do Exército e Ministro do Interior, porque o jornal “Opinião” já tinha sido fundado e eu pensei em mandar a matéria como colaboração. Mas não tinha como mandar e assim trouxe tudo na mala quando retornei para o Brasil.

Aí aconteceram as eleições parlamentares de março de 1973, quando o enfrentamento foi brutal. Então pensei: isso aqui vai dar em guerra civil e eu não tenho o menor preparo. Por exemplo, vi militantes do Partido Socialista marchando na rua com alguns pedaços de paus, fazendo uma espécie de treinamento militar, mas, por várias vezes, de ônibus, via carro de gente da direita com revólver no banco do passageiro. Ou seja, a situação era completamente desnivelada, desigual, e iria acabar num banho de sangue.

Por isso resolvi voltar para o Brasil passando pela Argentina, onde atuei uns meses junto a um grupo trotskista (o país estava igualmente

⁹ O General Carlos Prats González foi nomeado comandante do Exército do Chile pelo presidente Eduardo Frei em 1970, para ocupar o lugar do general René Schneider, assassinado num atentado da extrema-direita para incitar as Forças Armadas a impedirem a posse do presidente eleito, Salvador Allende. Mantido no cargo por Allende, manteve-se leal a este e assumiu as funções de Ministro do Interior e depois Ministro da Defesa, até renunciar em agosto de 1973 por ter perdido a confiança de seus subordinados, em meio à radicalização que antecedeu o golpe que depôs Allende. Já em 1974, vivendo na Argentina, Prats e sua esposa foram mortos num atentado organizado pela polícia política chilena. Quanto ao jornal “Opinião”, que integrou a imprensa alternativa brasileira durante a ditadura, ver adiante.

num período fantástico, que levou ao governo de Héctor Cámpora e ao retorno de Perón). Foram experiências que no Brasil desconhecia, como os comícios em favelas e as manifestações de massa na Universidade de Buenos Aires, com grupos de esquerda vendendo em barraquinhas livros e material de propaganda.

O restante do retorno ao Brasil foi complicado: quando saímos de Porto Alegre o ônibus ficou muito tempo parado para vistoriar os documentos das pessoas, e logo dois sujeitos esquisitíssimos embarcaram. Depois, em Curitiba, tomamos outro ônibus para o Rio, e os mesmos sujeitos embarcaram também. Para completar, a inserção no Rio foi bem difícil, um controle policial assustador, a Escola de Comunicações desfigurada (eu tinha que terminar o curso), os alunos alienados de tudo. Dois anos fizeram uma diferença enorme, a Faculdade estava completamente despolitizada e foi horrível, uma fase muito difícil mesmo.

De imediato, esta passagem do relato de Ethel chama a atenção pelo que nela está ausente: apesar do encantamento despertado pelo processo chileno (e também pelo argentino) no início da década de 1970, a narrativa não faz menção a qualquer forma de sentimento latino-americanista. Ou seja, muito embora seja manifesta a atração exercida pelas mobilizações e lutas políticas em países como Chile ou Argentina, naquele contexto, sobre ativistas ou militantes de esquerda brasileiros como Ethel Leon, tal sedução parece tender mais às afinidades ideológicas de cunho socialista (ou comunista) do que a uma presumida comunhão latino-americana. Esta evidência, aliás, parece ser corroborado pelo conteúdo da documentação produzida na época pelas esquerdas brasileiras, onde, em meio a uma profusão de referências ao continente, aludindo inclusive ao propósito comum de se libertar do imperialismo, são raras as alusões a uma identidade partilhada por toda a América Latina¹⁰.

Seja como for, esta passagem das recordações de Ethel não são algo fortuito, pois revela o enorme interesse das esquerdas brasileiras pelo curso político chileno, seja pela mistura de empatia e desconfiança perante o projeto liderado por Salvador Allende como presidente eleito em 1970, seja por sua dinâmica que ultrapassava uma dimensão estritamente política ou, para ser mais preciso, por sua dimensão política contagiar outras esferas da vida social, como a produção estética. Em outras palavras, existia uma franca simpatia ante a proposta de transição ao socialismo liderada pela Unidade Popular devido à sua reiterada disposição em fazer radicais mudanças sociais num país

¹⁰ Ver, por exemplo, os materiais contidos no acervo Organizações e Partidos Políticos do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, ou os que estão sob a guarda da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo (onde tive o auxílio de Carlos Henrique Menegozzo para a localizar vários deles e para uma troca de ideias sempre instigante): trata-se, entretanto, de um tema que necessita de maior pesquisa e interpretação.

“subdesenvolvido”, “dependente” ou simplesmente periférico em relação aos centros de decisão do capitalismo internacional, com grande apoio dos trabalhadores e demonstrações seguidas de generosidade (a começar pela renúncia de Pablo Neruda, indicado como candidato pelo Partido Comunista do Chile à presidência da República, em favor de Allende, do Partido Socialista do Chile). Contudo, num amálgama fácil de perceber, havia também reserva e mesmo suspeita com a viabilidade de uma transição pela via eleitoral e preservando as estruturas de poder do Estado capitalista, a denominada “via chilena para o socialismo” (ou a revolução com sabor de vinho tinto e empanada, como disse Allende certa vez), em razão das desconfianças para com a “democracia formal” e das profundas cicatrizes deixadas pelo golpe de 1964 em temas como transição pacífica ao socialismo ou crédito no profissionalismo e vocação democrática das forças armadas.

Mais ainda, os acontecimentos no Chile traziam marcas de algo amplo e profundo que encantava as esquerdas brasileiras: as reverberações de uma luta política massiva no âmbito das manifestações estéticas vinculadas à cultura popular. Deparar-se com os enormes e multicoloridos murais pintados em ruas e avenidas de Santiago, Valparaíso e Concepción pela Brigada Ramona Parra, do Partido Comunista do Chile, ou com as produções musicais de Ángel Parra e Víctor Jara, ou dos grupos Inti-Illimani e, sobretudo, Quilapayún (como “Cantata Santa Maria de Iquique”, 1970), não tinha precedentes e provocava emoções inauditas¹¹, o que era repassado ao Brasil junto com relatos e farta documentação. O aumento das tensões no Chile pode então ser acompanhado não apenas pela cobertura da imprensa, mas também por um fluxo irregular, porém contínuo, de informações mais ou menos detalhadas até o golpe de 11 de setembro de 1973 que derrubou o governo Allende, provocando sempre discussões apaixonadas. Depois do golpe, e com a proximidade da derrota das experiências de luta armada no Brasil, o interesse foi-se reduzindo a expressões de solidariedade com os infortúnios da esquerda chilena face à extrema violência de sua própria ditadura.

Por sua vez, a situação argentina (como a uruguaia numa escala menor) também chamou a atenção entre o malogro da “Revolução Argentina”, como se autotitulou a

¹¹ Criada em 1968 pela Juventude Comunista, a Brigada Ramona Parra foi responsável por uma estética inovadora para passar mensagens mediante murais multicoloridos e repletos de uma iconografia peculiar, refinada ao longo do tempo apesar das perseguições policiais. Já Ángel Parra, filho da compositora e poetisa Violeta Parra, é um cantor e compositor identificado com canções de protesto, tanto quanto Víctor Jara, assassinado logo nos dias iniciais do golpe chileno. E Quilapayún e Inti-Illimani são grupos conhecidos internacionalmente, os quais, com Parra, Jara e outros, integraram um movimento de renovação da música popular, nas décadas de 1960 e 1970, intitulado Nueva Canción Chilena.

ditadura naquele país implantada com o golpe de 1966, até a ascensão do peronismo ao poder em 1973, e a posterior consolidação da ditadura inaugurada em 1976 e que persistiu até 1983¹². No entanto, não se observava ali o mesmo sentido inovador (e desafiador) da experiência chilena, ao que se aliava uma suspeição face ao peronismo revolucionário dos Montoneros pelo seu viés nacionalista e pelo militarismo observado neste grupo e no Partido Revolucionário dos Trabalhadores - Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP), limitando a sedução por aquele desenrolar político.

Seja como for, tudo isto contrastava com o panorama sombrio descortinado pela repressão e pela censura no Brasil, como bem o rememora Ethel ao abordar seu retorno ao país em 1973. Afinal, após uma recuperação das lutas massivas cujo auge, em 1968, foram as passeatas de estudantes, artistas, intelectuais e outros setores das classes médias nas principais cidades do país e, em especial, as greves operárias em Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais), com participação em nada desprezível das esquerdas, as mobilizações sociais entraram em prolongado descenso, recuo esse agravado pelo aumento da repressão ditatorial, que proibiu entidades estudantis, interviu em sindicatos, restringiu as atividades do Congresso Nacional, cassou parlamentares, prendeu e torturou opositores (alguns com requintes de barbárie), etc. Não por outro motivo, a situação do Brasil entre finais da década de 1960 e meados da seguinte ficou conhecida como os “anos de chumbo”, em alusão ao período em que as arbitrariedades e violências da ditadura atingiram seu ápice, assegurando um rígido controle social, sob a justificativa de fazer frente a uma guerra interna contra os comunistas e outros “inimigos internos” (ver, por exemplo, Fico: 2004 e Ridenti: 2010).

No entanto, a narrativa de Ethel não menciona que aqueles anos não foram apenas de chumbo. Aproveitando-se de uma conjuntura internacional em que havia um grande excedente de capitais a disposição, o regime brasileiro conseguiu atrair uma parte substancial de seu fluxo para investimentos e empréstimos no país, sobretudo em infraestrutura (geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, siderurgia, petroquímica, construção naval, rodovias, etc.), enquanto que um rígido controle dos sindicatos e uma forte compressão dos salários garantiam a obtenção de lucros elevados. Como resultado, a economia do país passou a crescer em ritmo acelerado, com o Produto Interno Bruto (PIB) aumentando mais de 10% ao ano em média entre 1968 e

¹² Outros processos de mudanças políticas que despertaram a atenção da esquerda brasileira na época foram a decomposição do regime ditatorial de Francisco Franco na Espanha (1973-1977), o fim da “ditadura dos coronéis” na Grécia (1974) e a “Revolução dos Cravos” que pôs fim à ditadura portuguesa (1974). Discutir isto mais detalhe, contudo, tornaria obrigatório extrapolar os limites desse texto.

1973, configurando o que ficou denominado de “milagre econômico brasileiro” (Singer: 1972), crescimento econômico este que se prolongou entre 1974 e 1980 com uma taxa média de expansão do PIB de 7%.

Todo esse crescimento impactou profundamente a sociedade brasileira, pois, apesar das restrições às liberdades e do enorme custo social, acarretou uma grande ampliação do mercado de consumo interno, com destaque para os bens de consumo duráveis (cujo aumento médio no período do “milagre” ficou acima de 23%) e para a construção civil (onde o sonho da casa própria poderia enfim se materializar para muitos), e uma intensa modernização do país, que se tornou mais urbano que rural e, em certo sentido, se integrou totalmente graças à difusão em todos os recantos de noticiários televisivos, telenovelas e transmissão ao vivo de jogos de futebol. Com eles, novos hábitos e novas aspirações (como o ensino superior) tornaram-se acessíveis a parcelas crescentes da população, levando pesquisadores como Cordeiro (2009) a sublinhar que, se estes foram “anos de chumbo”, e realmente o foram, eles também significaram para muitas pessoas “anos de ouro”.

O fato, porém, é que o caráter perverso deste modelo de crescimento econômico se mostrava evidente enquanto ele transcorria, com acentuada concentração de renda, aumento da pobreza e ampliação da dívida externa a um nível incontrolável, paralelamente às perseguições e arbitrariedades políticas, mas foi preciso que a sedação promovida por ele começasse a se esvaír na segunda metade da década de 1970 para que mobilizações de massa tomassem as praças e as ruas para contestá-lo e ao regime que o patrocinava. E quando finalmente este modelo se esgotou, seu custo atormentou o país por mais de uma década ao longo dos anos 1980 (Singer: 1976; Furtado: 1983).

Voltando ao depoimento de Ethel, assim ela respondeu a um questionamento sobre sua participação na retomada das mobilizações operárias e populares no país, ao longo da segunda metade da década de 1970:

Quando retornei ao Brasil fui trabalhar no jornal “Opinião”, na editoria de cultura e como tradutora na de internacional. Na época, foram realizadas reuniões na casa do Fernando Gasparian, que era de fato o dono do jornal, para decidir o apoio aos candidatos chamados “autênticos” do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB e nós ficávamos comentando: “Nossa, com este cinzeiro aqui, com aquele quadro do Manabu Mabe ali, dava para pagar todos os nossos salários!”¹³ No jornal, cada um recebia de acordo com a sua situação:

¹³ Fernando Gasparian foi empresário e editor responsável pela criação do “Opinião”, semanário que circulou de 1972 a 1977 e foi um marco da “imprensa alternativa” (ver adiante). Já o MDB era o partido consentido de oposição na ditadura até a extinção do bipartidarismo (1965-1979), sendo substituído pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): nele atuavam políticos “autênticos”, como eram

quem era casado e com filho ganhava mais do que quem era casado e sem filho, que ganhava mais do que quem era solteiro. Era muito doido aquele “Opinião”, mas as pessoas eram incríveis, muito profissionais e abertas. E quando a direita colocou uma bomba no jornal, passamos a trabalhar com segurança policial (nós os colocávamos para recortar jornal, pode?). O “Opinião” circulou até 1977, mas se enfraqueceu com a cisão de 1975 liderada pelo Raimundo Pereira para fundar outro jornal, o “Movimento”.

Depois, vim para São Paulo em 1977 e ajudei a fundar o “Em Tempo”, um jornal muito politizado criado em 1978 (teve um número experimental em 1977) em meio à retomada das mobilizações populares, como a greve dos metalúrgicos de São Bernardo. Havia uma constante disputa política na redação, muita conversa cifrada, pois o jornal era uma frente de esquerda e as conversas eram num código que só elas entendiam (era difícil alguém independente participar). Aquele jornal era uma cachaça, era briga o tempo todo. Era uma discussão política muito forte, mesmo sobre a conjuntura institucional, que para mim era algo novo. Foi uma época fascinante, mas logo fiquei insatisfeita com a orientação política, que me parecia conciliadora, e então saí para fazer o “Companheiro”, o jornal do MEP, com o qual eu tinha grande identificação embora não fosse militante.

Era um momento de muita polarização e recorde de ter presenciado, no Rio, na campanha eleitoral de 1978, disputas acirradas entre AP e MEP no comitê do José Eudes¹⁴. Como tinha amigos nos dois lados, ficava bem atrapalhada. Outro exemplo: em 1980 foi realizado num convento de Valinhos, interior de São Paulo, um congresso marcante da história do feminismo no Brasil porque foi a primeira vez que participaram as homossexuais. As freirinhas todas lá e a gente dizendo que estava fazendo uma reunião de mulheres relacionada com família, e aquelas loucas mais loucas do movimento homossexual nem aí... Bom, uma parte do congresso teve uma postura muito discriminatória comigo, porque eu era do “Companheiro” e as militantes da AP não queriam saber. Era tudo muito sectário.

Comecei a ler sobre o feminismo no Rio, mas só em São Paulo comecei a militar. Eu tinha amizade no jornal “Brasil Mulher”, mas gostava mais do “Nós Mulheres”, do pessoal que veio da França com ideias mais avançadas. Sei que, de repente, eu era da comissão organizadora do Primeiro Congresso da Mulher Paulista, em 1979, e depois acabei editora do “Mulherio”, um jornal bem feminista mesmo, e integrei a primeira Comissão de Mulheres do PT, já na década de 1980.

No movimento de mulheres, ia muito à periferia de São Paulo discutir aborto com o Movimento de Saúde e acompanhei o Congresso da Mulher Metalúrgica, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, defendendo a criação do Departamento Feminino. E o Lula contra... Tanto que não se formou nesse período. Na época, eu achava o Lula bem atrasado pelo viés do feminismo: a diretoria fez o

nominados por contestarem o regime de modo mais incisivo. E Manabu Mabe é um celebrados nome da pintura contemporânea no Brasil, valendo seus quadros uma pequena fortuna.

¹⁴ Deputado estadual (1978-1982) e deputado federal (1982-1986) eleito pelo PT do Estado do Rio de Janeiro: foi expulso do partido em 1985, junto com os também deputados federais Airton Soares e Bete Mendes, por contrariar a orientação de não participar da eleição indireta que escolheu Tancredo Neves como Presidente da República em 1985, formalizando institucionalmente o fim da ditadura no país.

congresso para as mulheres participarem do sindicato, pois existiam muitas metalúrgicas e, no Fundo de Greve, elas eram decisivas na rede de solidariedade. As mulheres estavam como que alijadas do sindicato, mas como passavam por situações específicas difíceis, como revistas nas saídas das fábricas ou a questão da menstruação e da gravidez, o sindicato começou a incorporar.

Jornalista de formação, Ethel menciona nesta parte de suas lembranças uma das modalidades mais representativas da resistência à ditadura no Brasil pós-1964, a chamada “imprensa alternativa”, caracterizada fundamentalmente por jornais que não faziam parte da grande imprensa tradicional e que reuniam profissionais do ramo, intelectuais, artistas, lideranças políticas, sindicais ou comunitárias, etc., na condição de pessoas de inclinação democrática inconformadas com as arbitrariedades, a censura e a repressão, ou mesmo militantes de organizações partidárias clandestinas e ativistas de esquerda. Conforme Bernardo Kucinski (1991), editor de várias destas publicações, a “imprensa alternativa” teria surgido da conjugação de duas tendências: o desejo das esquerdas apresentarem de modo público e mais amplo suas propostas de transformação do país e a busca, por parte de jornalistas e intelectuais, de espaços de livre expressão fora da grande imprensa.

Com essas características, a “imprensa alternativa” abrangeu um amplo leque de abordagens, desde a informação investigativa até a divulgação dos movimentos de mulheres e de homossexuais, passando pela sátira política, pela difusão da cultura latino-americana e pela crônica policial. Semanários como “O Pasquim” (1969-1991), “Opinião (1972-1977), Movimento” (1975-1981) e “Em Tempo” (1977-1987), os mais influente, marcaram época com a colaboração de intelectuais do porte de Antônio Callado, Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Fernando Henrique Cardoso, do jornalista Perseu Abramo e do escritor, cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, ao lado de outros títulos como “Coojornal” (jornalismo investigativo do Rio Grande do Sul), “Resistência” (idem, só que no Pará e região amazônica), “Versus” (cultura latino-americana), “Brasil Mulher”, “Nós Mulheres” e “Mulherio” (movimento de mulheres e feminismo), “Beijo” (sexualidade, prazer e homossexualidade), etc.

Em geral, as mesmas pessoas apareciam em diferentes jornais, com algumas delas criando ou se expressando em sucessivos jornais. O apogeu desta imprensa aconteceu entre meados das décadas de 1970 e 1980, acompanhando a trajetória de ascendente das mobilizações dos trabalhadores, estudantes e classes populares de modo geral e o significativo processo de articulação e renovação que isto proporcionou, como

o demonstrou o impacto provocado naqueles idos pelo movimento de mulheres e o próprio feminismo (lado a lado com o movimento negro, com o movimento homossexual, com o movimento ambientalista, etc.). Já o desaparecimento até certo ponto abrupto da “imprensa alternativa”, em grande parte nos primeiros anos da década de 1980, teve diversas motivações, como a sua endêmica debilidade econômica, uma abordagem mais crítica assumida pela grande imprensa que passou a atrair muitos leitores e, também, o próprio processo de democratização do Brasil, pois dentre suas múltiplas implicações, levou ao pluripartidarismo, inclusive com a criação de partidos de esquerda como o PT (ou legalização de partidos de esquerda clandestinos, como o PCB e o PCdoB), e ao conseqüente aparecimento de uma imprensa partidária (“Jornal dos Trabalhadores”, do PT; “Voz da Unidade”, do PCB; etc.).

Com efeito, após um longo período de fragilidade e atomização, em que movimentos reivindicatórios por maiores salários e melhores condições de vida tinham pouco alcance e eram alvo de severa repressão, trabalhadores, estudantes e expressivas parcelas das camadas populares voltaram a se fazer presentes com voz ativa no Brasil. Como episódios marcantes desta mudança, poderiam ser citados: a reorganização do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de São Paulo em 1976, a primeira passeata dos estudantes da mesma Universidade de São Paulo que transpôs o campus universitário e enfrentou a polícia nas ruas dos bairros próximos em 1977, a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) em 1978, as greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1978, 1979 e 1980, a greve nacional dos bancários em 1979 e a criação do Partido dos Trabalhadores em 1980, todas com a participação de milhares de pessoas.

Nestas manifestações, militantes e ativistas de esquerda assumiram papel de relevo, muito embora raras vezes as tivessem liderado. Sua presença nelas era decorrente de uma atividade persistente, meticulosa e quase sempre anônima, sob a mais estrita clandestinidade, durante os “anos de chumbo”, nas fábricas e em outros locais de trabalho, nos sindicatos, nos bairros populares, nos colégios e nas universidades, de denúncia das condições existentes, de divulgação das reivindicações mais requeridas no cotidiano e daquelas de longo prazo contidas em seus programas e plataformas políticas, de organização de protestos e lutas, etc. Em especial, os remanescentes dos agrupamentos da “nova esquerda”, em meio a uma repressão violenta que atingia indiscriminadamente organismos vinculados ou não à luta armada, haviam desenvolvido uma crítica severa do simplismo de suas análises da ditadura e do

voluntarismo que presidia suas expectativas e suas ações, o que lhes permitiu uma inserção junto aos trabalhadores e às camadas populares que foi crucial na retomada das movimentações massivas¹⁵.

Esse, todavia, é um aspecto ainda pouco estudado pelas ciências sociais no Brasil, que tendem a ver as grandes mobilizações que entre 1977 e 1984 fragilizaram a ditadura e contribuíram para o seu fim como resultado, dentre outros fatores, da atuação de personagens e organismos autônomos (notadamente, operários fabris e assalariados em geral, classes populares das periferias urbanas, setores progressistas da Igreja Católica, estudantes, intelectuais, artistas e profissionais liberais, etc.), como o chamado “novo sindicalismo” (dirigentes sindicais que desafiaram o regime ditatorial em defesa das reivindicações econômicas e sociais dos trabalhadores). Enfatizando tal autonomia, porém, as interpretações que se esboçam propendem a ignorar ou a reduzir de maneira desmedida o papel de militantes e ativistas das esquerdas naquele processo (na reorganização das entidades estudantis, na estruturação das atividades dos movimentos de oposição sindical no meio operário, na dinamização das lutas de bairro, etc.), assim como na própria formação do PT e da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Nas recordações de Ehtel Leon, a presença das organizações e militantes de esquerda, seja na “imprensa alternativa, seja nos movimentos sociais e campanhas políticas de modo geral, é bastante enfatizada, com suas disputas acirradas por espaço e influência nem sempre pautadas por um espírito democrático. Por outro lado, tais lembranças vão, paulatinamente, centrando o foco no movimento de mulheres e no feminismo, bem como no processo de formação e consolidação do PT, os quais assumiram uma significativa relevância naquele momento, e por esta razão foi solicitado a ela que desenvolvesse mais esses aspectos na continuidade de sua narrativa:

Neste mesmo período, últimos anos da década de 1970 e início da década de 1980, me envolvi com a criação do PT, começando a participar no bairro em que morava em São Paulo, Vila Madalena: fui lá por acaso, e não conhecia quase ninguém. Estava cheiíssimo e

¹⁵ Esta autocrítica, impulsionada pelas exigências da realidade (desmobilização e mesmo apatia dos trabalhadores e das camadas populares, violência da repressão política, isolamento social), aproveitou a leitura de autores que se dedicaram a analisar regimes autoritários ou as especificidades de países com alguma tradição democrática, como o italiano Antônio Gramsci, e também o que se poderia chamar de uma “atualização” do pensamento de esquerda pelo contato com obras de pensadores e ativistas como Claude Leffort, Cornelius Castoriadis e Edward P. Thompson, entre outros, e pela difusão de trabalhos relevantes da tradição intelectual marxista, em grande parte desconhecidos (pelo menos em português), através dos “Cuadernos de Pasado y Presente” editados sob a responsabilidade do argentino José Aricó entre 1968 e 1983. Sobre o teor da autocrítica, ele variou de acordo com a trajetória de cada agrupamento partidário e pode ser observado em muitos documentos elaborados na clandestinidade, sobretudo na primeira metade da década de 1970, que estão contidos em acervos já citados, como os do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP) ou da Fundação Perseu Abramo em São Paulo.

aconteceu uma discussão bastante polarizada no final da qual me indicaram como representante para algum encontro. Então resolvi sair de lá porque era muito demarcado pelas tendências de esquerda e fui para o Diretório Perdizes, ao mesmo tempo em que fundamos a Comissão de Mulheres do PT com gente do “Brasil Mulher”, do “Nós Mulheres” e de vários grupos feministas.

Do meu ponto de vista, esta Comissão foi importantíssima porque colocou a questão de gênero no Partido de um modo muito forte. Nós tínhamos tanta noção da discriminação que pesava sobre nós que tivemos que nos impor. Por exemplo, a nossa comissão era a única que possuía finanças próprias, pois sabíamos que, embora trabalhando muito pelo partido, na hora que desejassemos publicar nossas coisas, o partido não daria dinheiro. Então bancávamos nossas publicações. E nossa simples presença impunha respeito, as pessoas não podiam falar qualquer coisa, fazer piadas machistas. Lutávamos muito e conseguimos um espaço para a questão da mulher, dos homossexuais, etc. Então começaram a nos convidar para discutir aborto na periferia (divertidíssima cena): começava a reunião com as pessoas fazendo o sinal da cruz, mas todo mundo conhecia alguém que tinha feito aborto. Naquele tempo, boa parte dos postos na sede do PT estava com os sindicalistas, e então começaram a trabalhar ali moças de classe média, estudantes ou profissionais liberais. Deus do Céu! Isso deu cada confusão! Eu me lembro duma cena que a gente olhava e não acreditava: a mulher de um dos dirigentes metalúrgicos de São Bernardo entrou e falou assim: “Não vou deixar pedra sobre pedra aqui”. Porque o marido estava tendo um caso com uma daquelas moças. Lembro que discuti muito com várias amigas e não beijava sindicalista, dava a mão e ficava à distância. E era impressionante, porque alguns deles tiravam a aliança do dedo para esconder que eram casados e cantavam toda saia que passasse na frente.

Eu me recordo das complicações no trato com eles porque o machismo era muito forte. Passei a usar sempre calça comprida, pois eles, se você andava de saia, passavam as mãos por baixo da mesa enquanto a reunião corria em cima. Acho que um dia alguém vai estudar a questão, digamos assim, sexual dentro do PT na sua formação. Para muitos sindicalistas era um deslumbramento aquelas mulheres que não tinham a carga e o sofrimento das operárias, bem tratadas, bonitinhas. E muitas com o fetiche do sindicalista: uma, bonita, contava que as amigas iam para São Bernardo como voluntárias para agarrar um deles. E falavam da história da pica de graxa. Ou seja, era um fetiche para as mulheres e para eles também.

De qualquer modo, a minha vida era o PT e trabalhei como funcionária na sede, onde presenciei coisas terríveis de dirigentes que vinham de longa trajetória de esquerda, aparelhando o partido de um jeito doentio e cometendo deslealdades como ordenar sua namoradina destruir material de campanha de candidato de quem não gostava. Então comecei a achar que militância e dinheiro não davam certo, porque era cobrada como funcionária. Enfim, larguei e jurei que nunca mais seria militante profissional na vida. Continuei participando até minha filha nascer, quando passei a trabalhar muito, pois tinha dois filhos para sustentar. Fiquei fazendo apenas algumas coisas pontuais durante as campanhas eleitorais.

O depoimento de Ethel mostra não apenas o grau de seu engajamento pessoal na formação do PT, mas, em especial, algumas das características de todo aquele processo que dificilmente poderiam ser conhecidas e analisadas sem o recurso à História Oral, uma vez que temas como a questão sexual, ou as deslealdades face a desafetos, no interior de um partido político, são evitados de modo deliberado e jamais assumidos como representativos. E, no que se refere ao PT, sempre na mira das elites tradicionais e do pensamento conservador, isto é bem compreensível, até porque, no momento de sua fundação (1980), ele era algo improvável, para dizer o mínimo.¹⁶

Improvável, porque no calor das lutas por melhores salários e condições de vida desencadeadas a partir de 1978, existia entre muitos sindicalistas independentes uma desconfiança para com a política e os partidos políticos, seja porque a oposição legal representada pelo MDB assumia em sua maioria posturas não muito combativas face à ditadura e se apegava a uma ação institucional dentro do estreito enquadramento legal imposto pelo regime, seja porque as esquerdas eram vistas como um tanto aventureiras e extremadas em excesso por menosprezarem os marcos legais. Por isto, para eles, articular um partido político não era uma tarefa simples e corria o risco de redundar em mera associação gremial ou, quando muito, num partido de cunho trabalhista. Todavia, este não foi o curso que predominou e sim o de um partido de perfil socialista, em grande parte pela presença nele de operários e assalariados de esquerda graças ao papel de liderança conquistado nas oposições sindicais e na direção de sindicatos importantes como os de bancários e de professores (as únicas categorias que contavam então com uma efetiva articulação nacional), de renomados intelectuais e artistas de inspiração socialista e mesmo de ativistas e militantes de organizações clandestinas que, em permanente disputa fratricida por posições e postos de comando (para não falar de outras mazelas), colaboraram para superar alguns entraves, assim como para amenizar ou agravar suspeições.

Contudo, a desconfiança era recíproca, pois diversos partidos e organizações de esquerda não acreditavam que sindicalistas até então não muito inclinados a um enfrentamento mais duro e aberto com o patronato e o próprio regime tivessem alterado de maneira substancial seus pontos de vista e seu ânimo de luta. Além disso, para muitos militantes e ativistas de esquerda os sindicalistas independentes não estavam sintonizados o suficiente com temáticas contemporâneas, como as erguidas pelo

¹⁶ Para uma história do PT, ver, entre outros, Secco (2011) e Martinez (2007).

movimento de mulheres, pelo movimento negro, pelo movimento dos homossexuais, etc., e se comportavam em várias circunstâncias inadequadamente. E, mais complicado ainda, os partidos e organizações de esquerda haviam sido educados numa tradição leninista que pressupunha, obrigatoriamente, a construção de um partido revolucionário enraizado nas classes trabalhadoras como condição indispensável para a concretização de seu projeto de transformação da sociedade, em razão do que competiam febrilmente entre si. Nesse contexto, um Partido dos Trabalhadores aparecia, na melhor das hipóteses, como uma espécie de frente conjunta para a luta política, ou, no pior dos casos, como um concorrente, como um organismo que poderia atrapalhar e atrasar a construção do único e legítimo partido, o partido revolucionário, em condições de liderar a emancipação dos trabalhadores.

Em verdade, pela formação, trajetória e expectativas distintas era inevitável um estranhamento entre sindicalistas independentes e militantes e ativistas de esquerda, dentre outros atores, com seu corolário de tensões e conflitos (Ferreira e Fortes: 2008). O que, talvez, surpreendeu foi o fato de que, no amálgama então forjado, ambos revelaram um grau de complementaridade impressionante. Num contexto em que o ascenso das mobilizações de massa e o aumento das fissuras entre os apoiadores e simpatizantes do regime ditatorial estavam criando uma situação nova, o PT pôde aproveitar e potencializar sua capacidade de intervenção com o concurso da ascendência dos líderes sindicais sobre amplas bases, conferindo uma amplitude e uma recepção às ideias de esquerda que, por seus próprios meios, tal esquerda não conseguiria tão cedo, ao passo que com o apoio da experiência da esquerda as lideranças sindicais lograram alcançar organicidade política e consistência programática que, por si sós, dificilmente obteriam pelo menos num curto prazo. Com isso, o PT em pouco tempo atraiu para o seu interior praticamente todas as correntes da “nova esquerda”, que em sua maior parte nele se diluíram e se reagruparam como tendências de um partido com significativo potencial de intervenção no cenário político brasileiro.

Esta reunião excêntrica de experiências, com sua quota de qualidades e imperfeições, e reforçada pelo colapso da União Soviética, fez com que o PT assumisse perfis completamente inesperados em várias circunstâncias ao longo de sua trajetória, fosse na campanha por eleições diretas para presidência da República (1984), fosse nas duas primeiras disputas presidenciais de Lula, sua principal liderança, para dirigir o país (1989 e 1994, respectivamente), ambas derrotadas, e mesmo depois, quando ele passa a atuar como um dos partidos da ordem institucional estabelecida. Mas, nesse ínterim, a

maior parte de uma geração de esquerda forjada na luta contra a ditadura e na crítica das antigas ideias e práticas que norteavam o PCB havia amadurecido e envelhecido, o que fez refrear seus ímpetos de urgentes e rápidas transformações radicais do país.

Afinal, como indicou Ethel ao ser solicitada a fazer, para concluir o depoimento, uma espécie de balanço do caminho que sua vida acabou por tomar, de um modo ou de outro o Brasil já era outro e, seguramente, as esquerdas haviam contribuído em algo para que mudanças tivessem ocorrido:

Fazendo hoje, em pleno século XXI, uma avaliação do rumo que minha vida tomou, não saberia precisar como tudo começou. Por exemplo, eu tinha dezessete anos em Petrópolis e não queria mais ser virgem. Em casa, tive brigas terríveis porque meus pais não deixavam usar blusa de alça. Com a formação que recebi, de onde veio isto? Ou seja, de algum lugar veio uma influência que não sei precisar, só sei que não foi no convívio da escola. Eu tinha até medo de falar o que pensava sobre casamento, virgindade... Enfim, havia um clima que misturava contracultura, contestação juvenil ou jovem e luta da esquerda contra a ditadura, mas de uma esquerda diferente do Partidão e das gerações mais velhas de militantes.

Recordo que, ainda estudante no Rio, fui numa festa na casa do Carlos Nelson Coutinho cujos convidados eram quase todos comunistas de uma geração mais velha, como o Leandro Konder. Não esqueço: os homens na biblioteca e as mulheres na sala, e pensei: não vou ficar com elas, pois a conversa dos homens era mais fascinante. No entanto, por causa da minha extrema juventude e inadequação a festa acabou numa grande confusão: cheguei lá de calça jeans, as mulheres super bem vestidas, e eu nem quis saber de ficar com elas, até que uma invocou comigo por ciúmes. Foi uma coisa! Saí de lá pensando “mas que esquerda que é essa?” Era igual a casa dos meus pais, com as mulheres num canto e os homens noutro, na tradicional cisão mulheres e homens. Então percebi que tinha uma questão que chamei de geracional na época, mas que não era só ou exatamente geracional, pois eu já estava no embalo de outro mundo que era diferente daquele. Fico pensando no caso da Leila Diniz e do “Pasquim”¹⁷, um jornal que contestava a ditadura ridicularizando o conservadorismo: o impacto da publicação da entrevista dela, uma atriz que falava palavrão, que ia a praia de biquíni grávida com um barrigão de oito meses. Isto tudo foi importante, pois o Brasil mudou muito em todos esses aspectos. Outro exemplo: a Parada Gay de São Paulo, uma das maiores do mundo, passa aqui perto de casa, e uns cinco anos atrás estava com uma amiga que também foi militante feminista, argentina, e decidimos ir ver. Foi um choque, porque a parada estava despolitizada, minhas conhecidas não mais participavam. Depois até conversei com pessoas dos grupos de mulheres homossexuais que confirmaram terem saído, pois estava muito despolitizado e dominado pelos empreendimentos noturnos GLS. Virou outra coisa, embora mantenha uma contraposição ao machismo feroz existente no Brasil.

¹⁷ Leila Diniz foi uma atriz brasileira conhecida por sua irreverência e liberalidade de costumes, como ir à praia de biquíni ostentando uma gravidez de meses, sendo que a menção feita no depoimento se refere a uma entrevista ao jornal “O Pasquim”, em 1969, onde ela abordou seus hábitos sexuais, o que teve grande repercussão e serviu de pretexto para a ditadura instituir a censura prévia nos meios de comunicação.

Os tempos foram mudando, e eu com eles, mas sinto que incorporei uma espécie de DNA de esquerda: a capacidade de indignação cotidiana diante da reprodução das desigualdades e o sentido de solidariedade – meio juvenil, reconheço – para sempre me postar ao lado dos “fracos e oprimidos”. Às vezes, quando atravesso uma rua, olho e percebo a cidade colonial, com seus ambulantes desprotegidos, as pessoas sem segurança, os carrões passando e quase atropelando o que está na frente, os negros nas piores situações. Continuo tendo raiva deste mundo e buscando, no que faço, uma perspectiva crítica, ainda que, do ponto de vista público, minha atuação se resume hoje à área de trabalho (sou a eterna “do contra”, a “críca”).

Além disso, por ter criado meus filhos como o fiz, percebo que dei início a uma linhagem de esquerda, pois os dois tem fortes compromissos com causas públicas, minha filha é militante, e ambos têm posições feministas. Ou seja, o DNA de esquerda implicou em posturas de vida até no plano privado, mas tenho receio disto soar como auto exaltação e algo pomposo: falo isso tudo com certa dose de ironia...

O diagnóstico apresentado no depoimento de Ethel quanto à multiplicidade de fatores que convergiram para tornar o engajamento político de esquerda atrativo entre as décadas de 1960 e 1990, bem como no que se refere à incorporação do que ela chamou de “um DNA de esquerda” que contagiou sua vida nos domínios público e privado, corresponde a um mapeamento inicial da “estrutura de sentimento” presente naqueles que, como ela, se envolveram na resistência à ditadura civil-militar e no processo de democratização do Brasil. Trata-se, decerto, de um traçado que merece reflexão e novas pesquisas com base em outros depoimentos e mediante sua confrontação com outras fontes, como os documentos produzidos pelas organizações de esquerda, as coberturas promovidas pelos meios de comunicação de massa e mesmo o material produzido por instituições vinculadas ao regime (Escola Superior de Guerra, órgãos repressivos, etc.), a fim de compreender melhor sua genealogia, sua composição e seus desdobramentos como parte de uma análise mais ponderada e ampliada sobre os sucessos daquele período, o papel que neles desempenharam as esquerdas e mesmo os procedimentos e conteúdos das próprias lembranças que na atualidade são fornecidas por ativistas ou militantes daquela época.

Por exemplo, um aspecto que o depoimento de Ethel não permite focalizar com a atenção indispensável, até porque ela então não desenvolvia militância em agrupamentos clandestinos, refere-se ao fato de que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, foram se operando nítidos deslocamentos nas posições assumidas por grande parcela da “nova esquerda” brasileira. As prescrições sobre revolução social e construção de um partido de perfil leninista que a levasse ao triunfo cederam lugar às

preocupações difusas com a democracia, de maneira a abarcar dimensões muito mais amplas do que as postas antes do golpe de 1964, envolvendo agora direitos e inclusões sociais que naqueles idos recebiam menor ou nenhuma atenção. Todavia, mesmo com tal deslocamento, não prosperou de maneira substantiva a formulação de proposições no âmbito da democracia política, uma das habituais deficiências da esquerda no país (Garcia: 1986), o que foi agravado, em casos extremos, por uma série de compromissos nem sempre honoráveis com a ordem institucional vigente.

Simultaneamente, a percepção de que o país era bem mais complexo do que se imaginava, mesmo se distanciando da ingenuidade e superficialidade das análises elaboradas nas duas décadas anteriores, não impediu manifestações e expectativas que superavam em muito a capacidade de intervenção das esquerdas, embora em alguns casos tenha franqueado elaborações densas e consistentes (como, por exemplo, nas reflexões sobre a questão agrária). E aquela percepção, associada às evidências das limitações que as mobilizações populares exibiam (como no descarte do movimento pelas eleições diretas para presidente da República, em 1984), contribuiu para um arrefecimento paulatino das expectativas em mudanças mais efetivas na esteira da dissolução do regime ditatorial.

De outra parte, valeria ponderar os sentidos que “um DNA de esquerda” pode ter para gerações tão distantes no tempo e na experiência, uma vez que os cenários, panoramas, desempenhos e representações são indiscutivelmente outros e, portanto, de difícil comparação, guardando entre si conexões nem sempre muito evidentes. Em outros termos, não seria uma surpresa encontrar aqui inflexões distintas conferindo suporte e densidade para estruturas de sentimento não coincidentes, ou não de todo coincidentes.

Seja como for, depoimentos como o de Ethel ajudam a descortinar o protagonismo mais ou menos frágil das esquerdas na última quarta parte do século passado, o que encontra na História do Brasil poucos paralelos e segue animando as disputas acerca das histórias e das memórias da resistência e da democratização, para o que a História Oral pode oferecer uma inestimável ajuda. Não, evidentemente, como presunção de trazer à tona uma verdade que estaria inscrita por inteiro nas lembranças dos que viverem aqueles tempos extraordinários, suprimindo assim seu caráter polêmico e controverso ou ignorando os perigos de interpretar um período histórico amparado apenas em subjetividades. Pelo contrário, como é reconhecido por todos aqueles que exercem o ofício de historiador, as fontes orais necessitam de um estranhamento e um

tratamento adequado, crítico, por parte de quem a elas recorre (como, aliás, sucede com qualquer outra fonte, muito embora mediante procedimentos nem sempre idênticos).

A História Oral pode, sobretudo em relação a temas polêmicos, sugerir questões que estimulem as lembranças a desvelarem aspectos que, de maneira geral, permanecem apenas nos desvãos das memórias, até porque confrontar os depoimentos com outras fontes tão menos confiáveis quanto eles, interrogar certezas e propor desvios, pode dar ensejo a interpretações confiáveis, mesmo em se tratando de assuntos sensíveis que possuem o dom de despertar opiniões arrebatadas. Afinal, como em tudo na vida que envolve paixões, o que se pretende com pertinácia e sutileza é a cumplicidade de uma confiança, não a insustentável e imorredoura fidelidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOXER, Charles Ralph. *Relações raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Porto: Afrontamento, 1988 (1961).

BROUÉ, Pierre. *Révolution en Allemagne (1917-1923)*. Paris: Éditions de Minuit, 1971.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici, In: *Estudos Históricos*, vol. 22, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2009.

CRUZ, Denise Rollemberg. Esquerdas revolucionárias e luta armada, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes e FORTES, Alexandre (orgs.). *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984 (1933).

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra e CEDEC, 1986.

GASPAROTTO, Alessandra. O caminho da reconciliação: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por militantes que combatiam a ditadura no Brasil (1970-1975), In: *Perseu*, v. 3, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha, In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo 6 (O marxismo na época da III*

Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares). São Paulo: Paz e Terra, 1985.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e EDUSP, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005), In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *História do marxismo no Brasil 6: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: UNICAMP, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. Cultura brasileira ou cultura republicana?, In: *Estudos Avançados*. No. 4/8, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, janeiro/abril, São Paulo, 1990.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.2, p.319-382.

POZZI, Pablo e PENSADO, Patricia (org.). *Experimentar en la izquierda: historias de militancia en América Latina, 1950-1990*. Buenos Aires e Santiago: CLACSO, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2010 (1993).

SADER, Eder (Raul Villa). Para um Balanço da PO, In: *Brasil Socialista*. Renes (Suíça): Nouvelles Editions Populaires, 1976.

SALLES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar (a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SAVAGE, Jon. *A Criação da Juventude: como o Conceito de teenage revolucionou o século 20*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia/SP: Ateliê, 2011.

SINGER, Paul. O Milagre Brasileiro - Causas e Conseqüências, In: *Cadernos CEBRAP*, no. 6, CEBRAP, São Paulo, 1972.

SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Otávio. *Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta, 1994.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 2000 (1977).

Artigo recebido em 14/04/2014

Artigo aceito em 26/09/2014